

COMO CITAR ESTE TEXTO:

Formato Documento Eletrônico (ISO)

NASCIMENTO, Alexandre do. **A Democracia como projeto e processo**. [Acesso em dd/mm/aaaa]. Disponível em <http://www.alexandrenascimento.com>.

A DEMOCRACIA COMO PROJETO E PROCESSO

Alexandre do Nascimento

A reflexão sobre democracia é uma discussão que produziu e produz, ao longo da história das idéias políticas, várias abordagens, desdobramentos e propostas. Por isso, é uma teorização inacabada, e talvez nunca o seja. Mas, a reflexão permanente sobre democracia é necessária e fundamental, tanto para a instituição, quanto para a análise, da relação entre Estado e Sociedade e das relações sociais em sua totalidade.

Para os Movimentos Sociais, especialmente aqueles que buscam o desenvolvimento de autonomia individual e coletiva na sociedade através da transformações das instituições, o debate permanente sobre princípios e conteúdos é para nós uma prática de extrema importância, pois atualmente o termo *democracia* é utilizado pelas diversas classes e grupos sociais quando se referem aos seus processos internos, seu projeto societário e aos seus interesses.

No momento em que se preconiza a vitória da democracia como o modelo político que o mundo vem adotando – a democracia liberal, minimalista, pronta e acabada de uma vez por todas, inexorável e pensada pelos *experts* da política, da economia e do mercado – nossa posição é de inquietude e, por que não dizer, de discordância.

Lembremos alguns princípios que são proclamados como conteúdos da democracia: igualdade, solidariedade, participação, liberdade e diversidade (Machado at all, 1996). Lembremos também o significado original da palavra democracia: *demos* - povo, *cracia* – poder. Carlos Nelson Coutinho (2000) afirma que "*democracia é soberania popular, é construção de uma comunidade participativa, é igualdade*". Assim, podemos perguntar que democracia é essa que está aí?

No Brasil, como em outros países, o anunciado triunfo da democracia parece ser, na realidade, o estabelecimento de direitos formais e o triunfo (mesmo que temporário) da economia e da liberdade de mercado. De fato, hoje a sociedade brasileira presencia a diminuição da esfera pública, a transferência de bens e serviços públicos para a iniciativa privada, o esmagamento das identidades em nome de uma "cultura global", a separação cada vez maior de sociedade política e sociedade civil. Nasce então a questão: O que acontece hoje no Brasil é compatível com os princípios do que historicamente nasceu como deliberação comum da comunidade política sobre a vida coletiva e foi denominado de democracia? Se, nas dinâmicas sociais concretas, há incoerência entre princípios, projetos e práticas, o que podemos considerar como democracia?

Neste texto, pretendemos dar mais uma contribuição na reflexão sobre democracia, examinando algumas concepções e questões relacionadas.

A idéia de democracia

A democracia - soberania do coletivo de cidadãos, do demos, que se rege por suas próprias leis e governa-se a si mesmo – é, segundo Cornelius Castoriadis, uma criação grega. *"Julgar e escolher, no seu sentido mais radical, foram atitudes criadas na Grécia...É na Grécia que encontramos o primeiro exemplo de uma sociedade deliberando explicitamente acerca de suas leis, e modificando-as"* (Castoriadis,1987).

A democracia ateniense era direta. A participação dos cidadãos se concretizava na Assembléia do Povo, que legislava e governava. Castoriadis aponta como aspectos principais da democracia ateniense: 1) O povo em oposição aos "representantes"; 2) O povo em oposição aos "especialistas da política" – os experts – ; e, 3) a Comunidade em oposição ao Estado. A cidadania se dava pela participação ativa e direta nas deliberações da polis.

A Revolução Francesa, que têm origem no imaginário do movimento Iluminista, instituiu a idéia de democracia representativa, na qual as deliberações políticas são tomadas por representantes eleitos pelo povo. A cidadania passa a ser pertencimento a um Estado e um conjunto de direitos individuais.

Em função de algumas questões hoje presentes no debate político, como concepções de Estado e relações sociais, a democracia é uma idéia em rediscussão. Em nosso entendimento, sua elaboração teórica, no sentido da autonomia, se dá através da elaboração de uma concepção diferente daquela em que as decisões políticas, as deliberações, os direitos e deveres são instituídos por um corpo de representantes cujo único vínculo com a sociedade se dá no momento das eleições. Na democracia representativa, a sociedade, mesmo que portadora de certos direitos, não participa do exercício do poder, dos debates e deliberações políticas.

Na crítica dos limites da democracia "representativa", preconizada pelos modernos, é importante o cuidado em, simplesmente, defender superficialmente a idéia de democracia direta, no formato da democracia ateniense. É notório hoje os limites dessa proposição, em função da complexidade de relações, além de Estados muito maiores que a Polis Grega.

Isso não é novidade. Rousseau, em seu *Contrato Social*, afirma que sendo a democracia uma forma de governo onde todo o povo ou à maior parte do povo participa das decisões políticas, "*um governo democrático convém aos Estados pequenos*". Para o autor, "*uma verdadeira democracia jamais existiu nem existirá (...) se existisse um povo de deuses, governar-se-ia democraticamente. Mas um governo assim perfeito não é feito para homens*".

Entretanto, o sentido original do termo democracia – poder do povo organizado – pode ser resgatado. Esse é apenas um princípio a partir do qual pode-se indagar e refletir o conteúdo da idéia de democracia.

Há, ainda, outras questões que se incorporam nessa reflexão, como as relações entre raças, gêneros e culturas. Segundo Touraine (1996), para ser democrática, uma sociedade não deve aceitar qualquer centro de organização, nem a racionalidade ou a especificidade cultural. O desafio democrático é instituir meios de fazer viver, em condições de igualdade, em conjunto indivíduos e grupos cada vez mais diferentes. A proposição de igualdade não significa homogeneização social. Significa a possibilidade da liberdade. Significa, ainda, a possibilidade de justiça nas relações humanas, sociais e políticas. Significa um pressuposto essencial para o estabelecimento de políticas e processos que visem, concretamente, assegurar a própria igualdade.

Nesse caso, a democracia seria uma dinâmica de relações capaz de possibilitar a igualdade, com respeito à diversidade. Relações entre Estado e Sociedade, Governo e Organizações Sociais, que estabeleçam metas, ações, políticas públicas e instituições capazes de concretizá-las.

Para Francisco de Oliveira, a democracia limita-se a um método que *"se faz através do estabelecimento de uma trama de ações pontuais, por isso mesmo metódicas, ao longo de toda a cadeia das relações sociais. O momento, a densidade, a profundidade, o alcance das ações pontuais são decididos pelos poderes e contrapoderes que se formam na cadeia de relações sociais, num permanente recorde; isto não quer dizer, uma vez mais, completa igualdade entre os sujeitos coletivos e mesmo indivíduos; mas a ação propicia, pela sua natureza metódica, a possibilidade de anulação das desigualdades no plano processual"* (Oliveira, 1991).

No plano econômico, social e político isso pode ser interpretado como necessidade de criação de instrumentos que possam permitir a distribuição de riqueza e renda, garantir qualidade digna de vida (renda digna, segurança, saúde, educação, habitação, terra, etc.) e instituir espaços públicos de participação direta, de deliberação coletiva, de prestação de contas.

No plano da formação humana e, portanto, da educação, essa reflexão aponta para a constituição de um sistema de educação que garanta participação e acesso da população aos conhecimentos produzidos pela sociedade em seu devir histórico, ao conhecimento da diversidade e das diferenças. Aponta também para uma escola voltada para a educação de cidadãos em uma nova cultura política, onde a qualificação formal, o interesse pelos assuntos políticos, econômicos e sociais, o conhecimento e respeito às diferenças e a importância da organização coletiva, sejam compreendidas como objetivos centrais da ação educativa. Além disso, um sistema educacional democrático é, em primeiro lugar, constituído de escolas públicas. O termo *público* refere-se ao que todas as pessoas de uma sociedade devem ter acesso.

Porém, em todas essas dimensões das relações sociais, torna-se importante de serem observadas e consideradas no processo de democratização: a compreensão das relações assimétricas de poder que, historicamente, foram estabelecidas entre os diversos grupos sociais, entre os gêneros, as etnias, as regiões, é requisito para a compreensão das

desigualdades sociais e da lógica de exclusão no Brasil. Ao longo da História da sociedade brasileira, a discriminação (com destaque para sua forma mais perversa, o racismo) estabeleceu hierarquias e, muitas vezes, determinou e determina a posição social de alguns grupos sociais.

Em um artigo que discute à questão da justiça, no qual toma Aristóteles como referência, Cornelius Castoriadis (1997) denomina de *participável* tudo aquilo "*que não pode ser partilhável*", pois "*partilhar é dar excluindo: a partilha é distribuição/atribuição privativa/exclusiva. Refere-se àquilo cuja atribuição a um exclui (pela natureza das coisas ou pela lei) a atribuição a outro*".

Em outras palavras, o *participável* é aquilo "*a que todos devem, necessariamente, ter igual acesso*" (Valle, 1997). Politicamente, isso envolve questões polêmicas, como o poder político, como a posse da terra e dos meios de produção e seus resultados, como o acesso à informação e ao conhecimento. Sendo aquilo que concerne o que, na sociedade, é *participável*, a democracia não é "*essa instituição pronta e acabada, alicerçada em 'direitos adquiridos' e limitada por leis inexoráveis*" (Valle, 1999).

Pode-se, assim, dizer que dessa forma – como algo participável – a educação pode ser afirmada como um bem social que todos devem ter acesso, ou seja, que todas as pessoas tenham a possibilidade de participar, como uma das condições fundamentais para a emancipação humana e para um projeto democrático de relações sociais. Sua concretização acontece na escola pública, que não pode ser controlada por alguns, para que não se torne privilégio de poucos.

Na lógica neoliberal, os direitos não são garantidos. Entregue ao mercado, esses direitos não violados, pois tornam-se inacessíveis aos que não podem pagar para ter acesso a eles, e esse é um dos motivos do deslocamento de Cidadãos para Consumidores. No Brasil essa parcela constitui a maioria da população. Dentro da lógica neoliberal somente têm acesso à escola aqueles que, de uma forma ou de outra, podem pagar por ela. Vale ressaltar que o status de consumidor é seletivo e, historicamente, baseia-se em variáveis como raça, gênero e região.

Se aceitamos a idéia de que as instituições públicas não podem ficar sob o controle de alguns poucos grupos porque não podem ser privilégio privado de poucos, torna-se

importante a manutenção e a ampliação da esfera pública, de modo que todos os diversos grupos sociais possam participar.

A ampliação e qualificação da esfera pública, a criação de espaços de participação política e formas de gestão coletiva dos fundos públicos, o reconhecimento e respeito a diversidade sócio-cultural, a autonomia dos sujeitos coletivos, são aspectos a serem considerados para o estabelecimento de metas das reivindicações e práticas populares por transformações mais amplas capazes de democratizar as relações e instituições sociais. Segundo Francisco de Oliveira, a educação é uma dessas instituições que se for presidida pelo mercado pode ser destruída. *"Se ela (a educação) for entregue aos critérios do mercado, então nos temos muito que pensar – isso é dizer pouco. É preciso reforçar de todas as formas a luta pela escola pública. Se o mercado, numa sociedade desse tipo, tão desigual, comandar um setor como a educação, o desastre não poderá ser minimizado"* (Oliveira, 1991).

Não é difícil perceber que é mister para um o processo de democratização da sociedade brasileira, que se opere transformações nas formas de distribuição de riquezas e nas regras do jogo político, e também de novas relações entre Estado e Sociedade, a partir de práticas e propostas vindas da própria sociedade organizada. O processo democrático demanda de sujeitos coletivos autônomos e uma nova cultura política, uma cultura democrática. Essa talvez seja a principal contribuição dos Movimentos Sociais.

Hoje, parece consenso que a democracia depende de uma cidadania participativa, mas o atendimento aos direitos da cidadania, como trabalho com salário digno, terra, moradia, saúde, educação e liberdade de expressão, é também resultado do funcionamento democrático das instituições sociais, o que depende, de um lado de projetos e de ações pontuais e planejadas, e de outro, da capacidade de mobilização e produção de debates dos Movimentos Sociais.

Na conjuntura política e econômica contemporânea – tempo de impasse e tensão, de culto delirante ao mercado, de estímulo ao consumo alienígena e de esmagamento de identidades – a democracia tem sido identificada com liberdades privadas, economia sem regulação, competitividade, Estado Mínimo, Cultura Global etc. O ideário neoliberal orienta as políticas. Entre outros, um de seus resultados é a transferência das responsabilidades de gestão dos bens e serviços públicos para o mercado.

Vários autores observam que uma das primeiras conseqüências quando se põe em prática essa idéia, é a destruição dos direitos sociais. De fato a economia de mercado tem se mostrado incapaz de distribuir riqueza e renda e atender direitos como os do trabalho, saúde, educação e moradia. Nas relações sociais reguladas pelo mercado não há espaço para o cidadão, mas somente para o consumidor; não há espaço para a solidariedade, mas há para a competitividade; não há autonomia, mas subserviência ao poder econômico, ao consumo desnecessário e ao processo de aculturação de massa; não há respeito às diferenças culturais, mas há estratégias culturais de homogeneização.

Em relação à educação, o acesso democrático à informação e aos conhecimentos produzidos pela sociedade, somente pode acontecer através da universalização de uma proposta de escola pública de qualidade. A instituição de uma educação democrática é um grande desafio à sociedade e aos movimentos sociais no contexto contemporâneo, onde os discursos oficiais sustentam que a *globalização*, mesmo com os seus altos custos humanos e sociais, é um processo inevitável e que o *neoliberalismo*, com o discurso do fim da história, é a única política possível de regulação das relações sociais. Onde a única ética parece ser a ética do mercado, a destruição dos direitos sociais, a discriminação e a exclusão tornam-se naturais e justificáveis pelo discurso meritocrático da competitividade, eficiência, produtividade. Onde a privatização das coisas públicas - entre as quais a escola - é apresentada como uma das soluções democráticas.

Para Francisco de Oliveira (1991), pensar uma proposição alternativa é, em primeiro lugar, considerar que é na esfera pública que se pode democratizar a economia e as relações sociais e, também, a educação. "*Nas condições concretas do Brasil, não pode haver método democrático sem a ampliação e consolidação de uma esfera pública*". Isso nos possibilita entender que, no Brasil, a esfera pública tal como a conhecemos – restrita, discriminatória, excludente, a serviço de interesses privados e em processo de diminuição – precisa ser radicalmente transformada, no sentido da sua ampliação, qualificação e abertura para a participação popular. Neste sentido, a construção de formas democráticas de relações sociais "*depende da presença e da constituição de fortes sujeitos sociais coletivos*" (Oliveira, 1991), capazes de propor mudanças e ampliar a esfera pública, o que sugere que a construção democrática depende de movimentos sociais expressivos e autônomos.

É importante ressaltarmos, que o debate acerca das características e instituições de uma sociedade democrática não é somente um debate sobre o Estado, suas políticas e suas instituições. É um debate que também deve ser feito no campo dos valores e da cultura. Se uma coletividade tem por finalidade a democracia e a cidadania plena, as reflexões, propostas e estratégias de questionamento das relações sociais que se dão no seu interior não podem se referir apenas às ações pontuais, mas a busca pela possibilidade participação coletiva nas decisões políticas sobre o que, em nossa sociedade, deve ser *participável* e, para além disso, aos próprios fundamentos da sociedade. Em outras palavras, uma atividade de "*permanente interrogação sobre si mesma e seus fundamentos*" (Valle, 1999).

Assim, é necessário que os movimentos sociais busquem ser expressivos e, sobretudo, autônomos. Através da capacidade de mobilização e de produzir interrogações sobre a sociedade, as instituições, os projetos políticos, econômicos e culturais, a justiça e as leis – que em nada são inexoráveis e instituídas de uma vez por todas –, os movimentos sociais populares, como sujeitos coletivos e como potência instituinte, podem constituir-se como forças políticas de um processo de transformação, reorganização e instituição permanente da sociedade, suas condições objetivas e subjetivas de produção e reprodução. Reorganização que, além da igualdade de participação e de acesso ao que é coletivamente produzido pela sociedade, e considerando os conceitos de autonomia e interculturalismo como elementos de um projeto democrático, resumimos em: 1) participação direta da sociedade organizada nas deliberações políticas e na gestão dos fundos público – o que nos direciona para a reflexão sobre os movimentos e organizações da sociedade como sujeitos coletivos fundamentais de mediação; 2) respeito às diferenças e à diversidade étnica e cultural – o que, necessariamente, nos remete à reflexão questão das relações raciais.